

RESENHA BIBLIOGRÁFICA (1)

OLEIRO (João Manuel Bairrão). — *Catálogo de Lucernas romanas do Museu Machado de Castro*. Coimbra, 1952. 46 pp. e 5 pp. com estampas; 166x116.

O Autor, que é um dos mais jovens investigadores de arqueologia romana em Portugal e atualmente 2.º assistente da Cadeira de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, publicou já os seguintes estudos sobre aquele período:

- 1) Elementos para o estudo da "Terra Sigillata" em Portugal. I. Marcas de oleiro encontradas no País, in "Revista de Guimarães", vol. LXI, 1951;
- 2) Quatro peças da coleção de lucernas do Museu Machado de Castro (Coimbra) procedentes de Conimbriga, in "Archivo de Prehistoria Levantina", t. I, Valência, 1952;
- 3) Notícias de alguns materiais arqueológicos procedentes de Conimbriga (Crônica do II Congresso Arqueológico Nacional), Madrid (1951);
- 4) Materiales arqueológicos de Conimbriga. El mosaico del Laberinto, in "Archivo español de arqueología", vol. XXIV, 1951.

No catálogo presente, que constitui a primeira monografia daquele museu de Coimbra depois que Luiz Reis Santos assumiu a sua direção, descrevem-se 37 lucernas aí existentes e que são as primeiras que ficam expostas ao público, pois mais outras há ainda para estudar e expôr. Além disso, o A. promete fazer um estudo sobre as lucernas encontradas em 1949 no Pátio da Universidade.

Na introdução, Bairrão Oleiro explica, resumidamente, o critério seguido. Assim começa por focar a finalidade da lucerna e diz: "Os romanos utilizavam duas espécies de fontes luminosas: as que não consumiam e as que consumiam combustíveis líquidos. Entre as primeiras estão as tochas (fax) e as velas (candelae). As segundas eram: as lucernas (lucernae) e as lanternas (lanternae ou loternae). Quanto às lucernas afirma: "Podiam ser de pedra, vidro, metal e barro. As mais vulgares, por mais baratas, são as de barro, seguidas a razoável distância pelas de bronze, de que o Museu não possui qualquer exemplar... Eram normalmente feitas com moldes (um para a parte superior, outro para a inferior, unindo-se as duas metades quando o barro ainda estava fresco). As suas partes essenciais são as seguintes: reservatório para o líquido combustível (geralmente azeite) — *Infundibulum*; parte que cobria o reservatório (lisa ou decorada), com um ou mais orifícios alimentadores — *discus*; orla (lisa ou decorada) que rodeia o disco — *margo*; bico (ou bicos) com orifícios para a mecha — *rostum*, *nasus* ou *myxus*; asa (fechada ou perfurada) — *ansa* ou *manubrium*. Quanto à sua utilização, empregavam-se nas casas particulares e edifícios públicos, oferendas religiosas, minas, etc."

Depois de citar a classificação de H. B. Walters, in *Catalogue of the Greek and Roman Lamps in the British Museum* (Londres, 1914), apresenta a ficha-tipo que usou e que consiste no seguinte:

n.º ordem; atribuição cronológica; n.º de inventário (nos casos em já foi possível determiná-lo); procedência; dimensões; tipologia; marca (quando houver); descrição propriamente dita; alguns paralelos e bibliografia.

Seguidamente apresenta as "fichas" das 37 lucernas agora estudadas e da pág. 41 à 44 dá os desenhos de fragmentos das lucernas que vão do n.º 16 ao

(1) — Solicitamos dos Srs. Autores e Editores a remessa de suas publicações para a competente crítica bibliográfica.

37. Antes, porém, publica as estampas das 15 primeiras lucernas e que se encontram em melhor estado do que as outras. Por último dá a bibliografia ou enumera as obras consultadas.

As lucernas agora catalogadas são tôdas provenientes de Conimbriga (a cidade romana junto de Condeixa-a-Velha, no distrito de Coimbra). Quanto à sua cronologia, estende-se desde o século I ao século IV d. C., ou mais exactamente à época paleo-cristã.

JORGE PEIXOTO

NUNES (Pedro) — *Defensão do Tratado da Rumação do Globo para a Arte de Navegar* (obra desconhecida e inédita, agora dada ao prelo precedida de uma introdução sôbre a respectiva autenticidade) in *Inedita ac Rediviva* — subsídios para a História da Filosofia e da Ciência em Portugal, publicados por Joaquim de Carvalho, vol. IV, XXXII — 87pp. (Sep. da Revista da Universidade de Coimbra, vol. XVII, Coimbra, 1952).

Nem o grave mas, felizmente, não lamentável acidente de visão que o acometeu no ano passado, — que o impediu aliás de vir nos dar o prazer de ouvi-lo na nossa Faculdade — nem os muitos trabalhos que tem, esmorecem a atividade do ilustre Professor Joaquim de Carvalho. A êle deve Portugal e a cultura científica e filosófica do nosso tempo e de nossa língua, a importante col.ção *Inedita ac Rediviva*, na qual já estão publicados trabalhos de muito valor, como são o *Co.tra o Juizo dos Astrólogos*, de frei António de Beja; o *Ensino Philosophico sôbre o Entendimento Humano*, de Locke (resumo dos livros I e II, recusado pela Real Mesa Censória); a *Correspondência Científica dirigida a João de Magalhães* e, agora, a *Defensão do Tratado da Rumação do Globo para a arte de navegar*, de Pedro Nunes. A todos êstes trabalhos juntou o ilustre professor da Universidade de Coimbra, magistrais estudos introdutórios que são verdadeiras e sábias demonstrações do difícil “ofício de historiador” a que se obriga também o historiador da filosofia, e até o filósofo que não se limita apenas à especulação “pura” ou, como acontece muita vez, à instável fantasia caprichosa de certos filosofantes, mais interessados na aparência social do que no trabalho recatado e honesto.

O livro de Pedro Nunes, cuja importância deve ser assinalada a todos que não sòmente se interessam pela história das ciências, mas também pelo estudo da riquíssima época que é a renascença em Portugal, à qual se prendem a nossa própria história.

Em 1944, o então leitor de italiano na Universidade de Coimbra, indicara ao Prof. Joaquim de Carvalho a existência, no catálogo da Biblioteca de Florença, de uma obra atribuída a Pedro Nunes. Em 1949, examinou o Prof. Carvalho, in loco, o próprio manuscrito, convencendo-se da inteira autenticidade do trabalho. E é êsse manuscrito que ora vem publicado no vol. IV da excelente coleção que aquêlê professor organizou e dirige.

A introdução ao trabalho de Pedro Nunes é um estudo mui’o sério acêrca das vicissitudes e da autenticidade da obra. E’, como dissemos acima, uma lição de mestre e bom seria que ela fôsse bem aprendida. Há nessa introdução, interessantes referências aos acontecimentos ligados aos últimos anos de vida do grande sábio português do século XVI. A história do manuscrito prende-se “às dúvidas que Martim Afonso de Sousa apresentou em 1533 a Pedro Nunes, no regresso da viagem ao Brasil” e que “foram o ponto de partida das reflexões que levaram o nosso geômetra ao descobrimento da curva que o navio descreve navegando com o mesmo rumo, isto é, mantendo sempre o ângulo da direção da proa com o meridiano verdadeiro, e a explicar e a corrigir os defeitos das cartas de marear quadradas, em uso pelos nossos navegadores”. (p. xix). Isto mostra mais uma vez que os homens encarregados de dirigir os primeiros passos da colonização portuguesa, no Brasil eram homens de valor. Já sabíamos

aliás, pela leitura do **Garcia da Orta**, do Conde de Ficalho, que importante figura de sábio foi **Martim Afonso**. Outro fato interessante que se aponta na introdução é o de receberem, em Lisboa, os pilotos da carreira da Índia, na ocasião da partida, cartas de marear diferentes das que se vendiam publicamente, e de as recolherem àquêle mesmo organismo quando regressavam da viagem. Não menos curioso é o estilo desempenado e ágil de **Pedro Nunes**, do qual, para exemplo, reproduzimos aqui um pequeno trecho da primeira parte da **Defensão**: “Ly o tra'ado que hum Bacharel compos sobre o aRum.r do globo a fim segundo por elle vejo de reprehender o que sobriso escrevi na obra que deregí A. V. A. No qual certo não acho outra cousa certa, senão o que diz dos lououres de V. A. Que nisto não podia elle errar. senã em querer dizer o que se não pode falar. Mas entrou em tamanho peego confiando na sua eloquencia & lingoagem tam esmerada, preñçipalmente ficando lhe por socorro o seu latim. posto que em algum modo pareça contradição. aver A. V. A. por tamanho mathematico vsando de mestre tão ignorante, como lhe eu pareço, etc. etc.” (p. 1).

O Snr. Prof. **Joaquim de Carvalho** merece os nossos melhores aplausos pelo louvável serviço que vem pres'ando, com a sua coleção dos **Inedita ac Rediviva**, aos estudiosos da história do pensamento português ao qual estamos ligados por tão estreitos laços.

J. CRUZ COSTA

BATAILLON (Marcel). — *Études sur le Portugal au Temps de l'Humanisme*. Acta Universitatis Conimbrigenis, 1952, 309 pp.

O Prof. **Marcel Bataillon**, erudito dos mais inteligentes da França atual, autor de uma obra que é hoje impr:scindível para quem pretenda estudar o humanismo renascentista na Espanha ou em Portugal, diríamos melhor, talvez: para quem pretenda estudar o Humanismo e a Renascença, — acaba de publicar, na coleção *Acta Universitatis Conimbrigenis*, este volume no qual reúne alguns trabalhos da mais alta importância para o conhecimento de muitos aspectos da vida espiritual portuguesa do século XVI.

Para nós, brasileiros, tão intimamente ligados pela língua e pela história, a Portugal, este novo livro do Prof. **Marcel Bataillon** é também de grande interesse e importância. Poderíamos nos deter e alongar aqui, aproveitando a lúcida e sugestiva erudição do Prof. **Bataillon**, a comentar muitos dos pontos, até há pouco ainda obscuros, dessa curiosa história espiritual portuguesa, de entre Idade-Média — uma Idade-Média toda particular, se assim podemos dizer — e do Renascimento, não menos característico daquele pequeno povo do qual herdamos muito mais do que talvez julgamos. Poderíamos indicar aqui seguindo as lições do Prof. **Bataillon**, a riqueza imensa que herdamos da vida espiritual daquele pequeno país, através do pensamento de língua portuguesa que falamos e que, apesar da enorme contribuição de outros povos e civilizações para o nosso devir histórico, é ainda a nossa principal força de assimilação de gentes tão variadas e diversas que também têm ajudado a formar a inteligência e a cultura do nosso país.

Naturalmente não pretendemos resumir nesta simples nota, toda a farta messe de informações e de sugestões que o trabalho contém. O nosso desejo simplesmente em assinalar esta importante obra aos estudiosos do assunto e, principalmente, aos jovens que na nossa Faculdade, nas secções de história e de filosofia, preparam teses e trabalhos que se relacionam com o assunto.

Os temas estudados nesta obra, são os seguintes: **A morte de Henrique Caiado**; **Os portugueses contra Erasmo**; **Erasmo e a Côrte de Portugal**; **O sonho da conquista de Fez**; **André de Gouvea**; **Damião de Goes e Reginald Pole**; **O Cosmopolitismo de Damião de Goes**; **Uma fonte de Gil Vicente e de Montemor**; **A edição escolar coninbricense dos “Colóquios”**; **Joana de Áustria, princesa de Portugal**; **A Implantação da Companhia de Jesús em Portugal**.

O Prof. Bataillon, como já fizera no seu grande estudo sobre Erasmo e Espanha, lembra, uma vez ainda, o simplismo com o qual se tem apresentado a questão, bem mais complexa, da Renascença e da Contra-Reforma. Ao terminar o seu prefácio, assim escreve “Les articles ici réunis, de même que les recherches menées pour un cours dont on trouvera en appendice le résumé, ne constituent que des pierres d’attente. Puisse-t-on y discerner déjà quelques aspects positifs de cette réforme catholique hispano-portugaise que les historiens des temps modernes ont jusqu’ici méconnue sous la rubrique fallacieuse et négative de Contre-Réforme”.

Bom será lembrar aos nossos patrícos, sempre tão sensíveis ao brilhareço das improvisações, que as pesquisas do Prof. Bataillon estendem-se por mais de vinte e cinco anos de pesquisas e de laboriosos estudos... Isto é uma grande lição que nos dá o grande erudito europeu. Bom será que ela seja de proveito.

J. CRUZ COSTA

SANTOS (Mariana Amélia Machado). — *Manuscritos de Filosofia do Século XVI existentes em Lisboa (Catálogo)*, prefácio do Prof. Joaquim de Carvalho. Biblioteca da Universidade, xv 385 pp. 1951 (Sep. do Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, vol. XX).

Este valioso trabalho é de grande utilidade e de grande importância. Todos aqueles que têm real interesse pelo estudo da filosofia portuguesa do século XVI, nele encontrarão um guia dos mais proveitosos. A A., a Sra. D. Mariana Amélia Machado Santos, ainda quando estudante em Coimbra, iniciou, com muita paciência e carinho, a catalogação dos manuscritos de filosofia existentes nas bibliotecas da Ajuda, da Academia das Ciências, na Nacional e no Arquivo da Torre do Tombo. Depois de anos de pesquisa trabalhosa, fornece aos especialistas um instrumento de trabalho de grande valor. Estão indicados no trabalho da A., além de inúmeros comentários a Aristóteles, outros manuscritos, não menos curiosos, por certo, dos Padres Jesuítas, entre eles, alguns do grande Pedro da Fonseca, de Suarez, de Vasquez, para apenas citar estes. Não menos interessantes serão também, com toda certeza, comentários de frei Jerônimo da Assunção, franciscano do Convento de Nossa Senhora de Jesus, de Xabregas, em Lisboa, acerca do tão discutido Duns Scoto.

Cumpre-nos assim apenas repetir aqui, com o ilustre professor da Universidade de Coimbra que prefaciou o trabalho da Sra. D. Mariana Amélia Machado Santos, que “salta à vista o valor e o préstimo do presente trabalho”. Esperemos que muito em breve a A. publique os outros catálogos que anuncia, relativos aos séculos XVII e XVIII que, para nós brasileiros, serão de grande utilidade e interesse. Não creio que seria demais citar também, ao terminar esta rápida nota bibliográfica, umas palavras de muito ensinamento e alcance que o Prof. Joaquim de Carvalho escreveu no prefácio do trabalho da Sra. D. Mariana Amélia Machado Santos. Diz o ilustre professor: “Sem a exatidão e a largueza das bases textuais e sem o conhecimento das circunstâncias histórico-culturais, a história da filosofia não alcança consistência nem se move dentro das coordenadas que a situam”. E’ sempre bom lembrar esta lição, que é das mais proveitosas.

J. CRUZ COSTA

CENTENÁRIO DO CONSELHEIRO RODRIGUES ALVES. São Paulo, 1951.
2 vols. 408-458 pp:

A família de Rodrigues Alves fez publicar as homenagens prestadas por ocasião da passagem do centenário do seu nascimento (17 de julho de 1948) desejando dessa forma, não só testemunhar o seu agradecimento àquêles que celebraram o ilustre estadista, como também prestar uma "contribuição para a história política do Brasil" (pf.).

Nesses dois volumes recentemente publicados estão coligidos conferências, palestras, discursos, pronunciados no Senado, Assembléias Estadual e Federal e inúmeras outras agremiações políticas e culturais, como Instituto Histórico e Geográfico, Arquivo do Estado, Faculdade de Direito, Clube de Engenharia, Faculdade de Medicina, Sociedade Rural Brasileira, etc..

São discursos e conferências de políticos, homens públicos, intelectuais, de espírito brilhante e inegável cultura, mas, na maioria das vezes, não de especialistas em história. Entre aquêles há, entretanto, nomes que uma experiência como historiador recomenda, tais como: Aureliano Leite, Pedro Calmon, Odilon Nogueira de Matos, Leite Cordeiro, para citar alguns, mas êstes estavam também limitados, pois dentro dos moldes de um discurso, dificilmente caberia a profundidade exigida na explicação histórica. Por isso a análise da época em que viveu Rodrigues Alves, dessa época que em parte ajuda a julgar o homem, de seus aspectos e problemas econômicos e sociais, raramente é entrevista. Muitos desses discursos se repetem na fastidiosa enumeração de aspectos conhecidos da vida de Rodrigues Alves: — A origem modesta: a primeira infância passada em Guaratinguetá; a distinção nos estudos no Colégio Pedro II; os anos passados na Faculdade de Direito de São Paulo, onde se assinala como assíduo colaborador dos jornais estudantis e elemento de destaque na política das Arcadas, formando-se no convívio de espíritos brilhantes como Rui Barbosa, Paranhos, Castro Alves, Nabuco. Afonso Pena. Em seguida, a sua ascensão rápida, de Vereador e Promotor público a Deputado Provincial e Presidente da Província de São Paulo em 1887; a sua grande visão administrativa à testa do Governo do Estado em 1901. Depois, as clássicas referências às realizações de seu governo como chefe da Nação, auxiliado por magníficos colaboradores: Rio Branco, Pereira Passos, Paulo Frontin, Osvaldo Cruz, Lauro Müller etc.

A transformação mágica da cidade do Rio de Janeiro, de uma antiquada cidade de aspecto ainda colonial: mal iluminada, servida por um pôrto em péssimas condições, infestada de febre amarela que afugentava os estrangeiros, numa metrópole saneada, sede de Congressos Internacionais e munida de um pôrto bem equipado. As construções de vias férreas, linhas telegráficas; a política financeira que eleva o câmbio de 12 a 16; a proteção à cultura — fundação da Escola de Belas Artes, Medicina, etc.; o amparo aos Estados do Nordeste; a dinâmica política diplomática de Rio Branco que adquire o Acre para o Brasil, nada disso é esquecido. Não faltam também menções à força e coragem manifestadas por Rodrigues Alves quando da insurreição da Escola Militar. Finalmente o retiro modesto em Guaratinguetá, de onde mais uma vez é chamado para dirigir os destinos da nação em 1919, quando a morte o colhe.

Tudo isso visto numa rápida síntese, em páginas que na maioria das vezes constituem belas peças de oratória, sem contudo oferecerem uma real contribuição à História.

O que se pretendeu não foi fazer trabalho de história, mas homenagear um ilustre estadista do passado, eis porque se buscaram as suas realizações práticas, positivas. Por outro lado, procurou-se por vezes, fazer da história a mestra do civismo e dignificando a figura de Rodrigues Alves como exemplo de patriotismo, dar uma lição de moral aos contemporâneos. Portanto, o que os discursos pretendem é frisar as realizações e o valor de Rodrigues Alves, não é o que a História desejaria: simplesmente conhecer o homem e a época. Diferentes as intenções, diferentes os métodos.

Falta uma certa objetividade característica da pesquisa histórica, um certo tom científico de observação — a análise da política de Rodrigues Alves à luz não só de uma personalidade, mas de uma filosofia de vida, do espírito de uma época que desponha quer nos seus discursos como estudante ou deputado, quer no seu desempenho como presidente da República. O homem e a época não são plenamente sentidos. Nem o poderiam ser, em simples discursos de homenagem. Infelizmente, pois esse é um período pouco explorado, terreno fecundo para a pesquisa histórica.

Assinala-se a sua rápida ascensão, mas nem uma palavra que a explique. Representa êle o interesse de um grupo. Qual é esse grupo? Quem o escolhe como deputado e depois Presidente? A sua origem em Guaratinguetá, no Vale do Paraíba — poderoso centro econômico, sustentáculo de um Estado e de uma política na segunda metade do século XIX, tem um profundo significado não só na sua formação como na explicação do seu prestígio político. Este aspecto raramente é abordado. Foi Rodrigues Alves um Conselheiro do Império. Um homem da Monarquia, a serviço da nóvel República; a “República dos Conhelheiros”, como foi chamada, tão comum foi esse fenômeno. Isso pede uma explicação. Vive Rodrigues Alves numa época em que a idéia de liberdade e progresso exercem poderoso fascínio sobre os homens, em que as lojas maçônicas e as idéias de Augusto Comte, seduzem os intelectuais brasileiros, ditando-lhes diretrizes. Qual a sua posição em face dessas idéias? Quantas questões a serem estudadas!

Mas não nos esqueçamos, não se trata de uma biografia de Rodrigues Alves, nem de um estudo sobre o seu tempo. A finalidade primeira não foi fazer um trabalho de pesquisa histórica.

Mesmo assim há algumas conferências notavelmente interessantes, enriquecidas com cartas e outros documentos referentes a Rodrigues Alves. Destacamos a de Honório de Syllos sobre “Rodrigues Alves deputado provincial”, onde foram analisadas as Atas da Assembléia, material sugestivo para a reconstituição dos problemas políticos de então. Alberto Prado Guimarães: “Rodrigues Alves, o economista”, de alhado estudo sobre questões econômicas do quadriênio. Antônio Gontijo de Carvalho, analisa a vida do estudante na Faculdade de Direito. Paulo Barbosa de Campos Filho, que se utilizou das dissertações feitas por Rodrigues Alves na Faculdade de Direito, curiosos documentos para o conhecimento do seu pensamento. Bruno de Almeida Magalhães “Rodrigues Alves, Deputado Geral” e mais as de A. Tavares de Lira, Aluísio de Castro, Olympio da Fonseca Filho, Luiz R. Cavalcanti de Albuquerque Filho, e, a conferência pronunciada pelo prof. Odilon Nogueira de Matos que pinta um interessante quadro histórico do Brasil de 1870 a 1918.

Entre os que fizeram palestras sobre o ilustre político, há muitos que o conheceram pessoalmente e que relatam alguns curiosos episódios da sua vida.

Louvável foi a iniciativa dos descendentes de Rodrigues Alves ao editarem essa obra, mas mais interessante e fecundo seria a publicação de documentos relativos à vida e à época de Rodrigues Alves. Sempre é tempo para isso. A sugestão fica feita.

EMÍLIA NOGUEIRA

* *

*

O transcurso das datas centenárias dos grandes vultos de nosso país, tem dada ensejo à publicação de trabalhos, em geral valiosos, sobre assuntos da história nacional, aos quais, direta ou indiretamente, estiveram ligados os homenageados. A ocasião é realmente propícia, dado o interesse que a vida do homem ilustre desperta, menos muitas vezes pela simples biografia em si, do que pela época em que tal existência decorreu. Alguns nomes estão, ainda, de tal modo vinculados a certos episódios do nosso passado, que dificilmente se

poderá separá-los. Não há necessidade de exemplos para ilustrar. Lembremo-nos apenas das valiosas publicações do Instituto Histórico Brasileiro por ocasião do centenário do nascimento de D. Pedro II e a bibliografia imensa que se avolumou por ocasião dos centenários de Rui e de Machado de Assis, entre outros.

Tais considerações vieram-nos à mente a propósito da reunião em volume dos discursos e conferências proferidos em solenidades cívicas por ocasião do centenário do Conselheiro Rodrigues Alves, em 1948. Principalmente no Rio de Janeiro e em Guaratinguetá (terra natal do grande presidente) as comemorações assumiram um caráter cívico raramente alcançado. À margem das muitas sessões comemorativas, inúmeros discursos e conferências, por figuras representativas da cultura nacional, analisaram os vários aspectos não só da vida do Conselheiro, mas da obra que realizou como chefe do governo do Estado e da Nação.

Bem andou, pois a digna Família Rodrigues Alves reunindo em volume todo esse material, que, de outra forma se teria perdido, e que ficará não só como testemunho de que o país não esqueceu o grande presidente, mas também como valiosa contribuição para a história da República.

O volume ora publicado compreende as comemorações no Rio de Janeiro e em Guaratinguetá. Nesta cidade, tivemos oportunidade de testemunhar de perto o civismo de que se revestiram, pois, coube-nos, por especial indicação da Associação Brasileira de Escritores, então presidida pela inteligência vigorosa de Antônio Cândido, a honra de ser um dos conferencistas da "Semana Rodrigues Alves", na simpática cidade do vale do Paraíba.

Outro volume virá, ao que se anuncia, reunindo provavelmente, as comemorações em São Paulo e nos demais Estados.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE AFRICANISTAS OCIDENTAIS. 2a. conferência (Bissau, 1947). Vols. IV e V. Trabalhos apresentados à 3a. secção (meio humano). Edição do Ministério das Colônias (Junta de Investigações Coloniais). Lisboa, 1952.

Num total de umas 870 páginas reúnem-se cinquenta trabalhos científicos apresentados à Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais reunida em Bissau. São estudos de vária natureza, uns de cunho mais histórico ou pré-histórico, outros focalizando aspectos raciais ou culturais, geográficos ou patológicos. Em conjunto, impressiona a riqueza de material novo, colhido através do convívio direto com as populações africanas, mas, de outro lado, é grande o desnível no que respeita à elaboração teórica dos dados. Ao lado de contribuições de especialistas competentes, aparecem comunicações (por vezes interessantes) de curiosos ou simples amadores.

Para dar idéia sumária da multiplicidade de assuntos discutidos, basta lembrar que entre os trabalhos há os que se referem à antropologia física dos Bijagó (Emília de Oliveira Mateus e Amílcar de Magalhães Mateus), os que tratam de problemas de nutrição (Elsey M. Richardson e W. T. C. Berry), os que estudam questões de patologia e medicina (J. Fraga de Azevedo, F. J. Cambournac e Manuel R. Pinto, J. F. Pinto Nogueira e outros), pré-história (J. Jaira e Amílcar de Magalhães Mateus), etnografia (Jacques Bertho, Th. Monod, G. J. Duchemin e outros), musicologia (G. Balandier, P. Mercier e Gilbert Rouge), organização religiosa (G. J. Duchemin), direito (Paul Dubié, Artur Martins de Meireles), aspectos da organização social (Denise Paulme e outros), além de outros setores de menor importância. Poucos autores (A. A. Mendes Corrêa, F. Bonnet-Dupeyron) abordaram questões de mudança cultural e aculturação.

Os volumes, bem impressos e enriquecidos com ótimas ilustrações, constituem valiosa mina de informes para os africanistas em geral, bem como, em particular, para o antropólogo brasileiro interessado em problemas de filiação cultural afro-brasileira.

E. SCHADEN

SERGE (Victor). — *Carnets*, Julliard, ed.; Paris, 1952, 220 pg.

Nestes *Carnets*, Victor Serge, um dos homens inteligentes e sinceros da nossa época, anotou as observações que fazia e as meditações que lhe sugeriam os acontecimentos históricos e as personalidades literárias e políticas do nosso tempo. O livro, que é atraente, tem início em 1936 e termina em 1946, abrangendo um decênio muito rico em destruições e também, talvez, em novas perspectivas... As reflexões de Victor Serge são feitas com simplicidade, mas sempre sugestivas. O livro interessa, cremos, todos aqueles que procuram compreender a significação da história dos nossos dias.

J. CRUZ COSTA

L'HOMME ET L'HISTOIRE — ACTES DU VI.^e CONGRÈS DES SOCIÉTÉS DE PHILOSOPHIE DE LANGUE FRANÇAISE. (Société Strassbourgeoise de Philosophie). Presses Universitaires de France, 408 pp. Paris, 1952.

Este livro enfeixa nas suas compactas 408 páginas, a maioria das teses apresentadas ao VI Congresso das Sociedades de Filosofia de Língua Francesa que se reuniu em Estrasburgo, de 10 a 14 de setembro do ano corrente. A obra divide-se em quatro secções que correspondem àquelas em que se dividiu o Congresso. A primeira secção abrange as teses de metodologia; a segunda, as que foram apresentadas sob a rubrica: psicologia e história; a terceira é dedicada ao "sentido da história" e a última à filosofia e a sua história.

Já de si é curiosa a escolha do assunto que serviu de tema central à reunião de Estrasburgo. Ela é reveladora das preocupações que dominam os filósofos contemporâneos. O interesse pelo "sentido da história" é um sintoma da inquietação dos nossos dias, inquietação complexa a analisar e que se nos apresenta também como indicadora de uma certa tendência à profecia...

Abre o volume, o trabalho do único historiador que participou do Congresso — Henri Marrou, especialista assás conhecido de todos os que se dedicam à história, à filosofia e à pedagogia. O trabalho de Marrou intitula-se: *Filosofia Crítica da História e "Sentido" da História*. Marrou percebe na filosofia crítica da história, duas perspectivas que é interessante confrontar e que se lhe afiguram contraditórias. De um lado, a filosofia crítica da história, tal como a desenvolveu Dilthey, seguindo Rickert, Simmel e Max Weber e que também, de certo modo, é a linha desenvolvida por Husserl, Heidegger e Jaspers. A esse movimento, cumpre uma outra orientação, inspirada na tradição da filosofia inglesa, que também sofre a influência de Benedetto Croce e que se expressa nos trabalhos de Collingwood.

O esforço de todos estes pensadores conduz à afirmação: 1.º) — da existência da filosofia crítica da história; 2.º) — na importância que nela tem a criação do historiador.

A história não é, pois, um simples registro de "fatos". A história é o trabalho de um espírito criador que à obra de história imprime um cunho pessoal. O historiador medita sobre o objeto do conhecimento histórico, sobre a experiên-

cia vivida pela humanidade e tira dessa reflexão um valor e um sentido. Essa noção de sentido da história que é corrente nos nossos dias, apresenta-se porém, nota Marrou, como tema de propaganda, como princípio de ação.

Mas, observa o historiador francês, história para a qual se procura um "sentido" (e que talvez o possui) é concebida de maneira completamente independente do problema do conhecimento histórico. Considera-se frequentemente o passado como um objeto puro. Especula-se sobre esse objeto, sem que se indague se é possível, de fato, atingi-lo, — o que, aliás, é para o historiador profissional um escândalo. Espanta-se e com razão, o historiador, com a intrepidez dogmática, ou com a segurança ingênua, revelada pelos filósofos da história. Um círculo vicioso ameaça assim as construções, um tanto prematuras, dos filósofos-historiadores. Este fato exige porém elucidação: a filosofia crítica da história originou-se na filosofia post-hegeliana e liga-se à voga do slogan da volta a Kant que marcou o fim do século XIX na Alemanha. Representa deste modo a filosofia da história, uma reação contra o excesso de idealismo daquela tendência. Aliás, a filosofia de Rickert apresentou-se como um néo-kantismo e Dilthey, como é sabido, ambicionou elaborar uma crítica da razão histórica que seria como que o prolongamento da Crítica de Kant. No entanto, o movimento de pensamento que suscita atualmente o problema do Sentido da História parece ligar-se diretamente a Hegel, ao seu modo de compreender e de definir a história.

Este movimento manifesta, crê Marrou, uma indiferença talvez perigosa em relação principalmente ao problema crítico. Marrou critica o caráter anacrônico da renovação da filosofia da história que se prende a Hegel, pois, o próprio ponto de vista de Hegel já se revelara deficiente. Eis como o historiador francês explica a sua opinião.

Hegel assistiu à primeira floração de uma filosofia da história verdadeiramente científica e crítica, pois foi contemporâneo de Niebuhr e de Ranke, que na sua opinião, são os iniciadores e os primeiros mestres do método atualmente utilizado pelos historiadores. Hegel conhecia bem a obra de Niebuhr e a ela se refere, mas quando assim procede é para não aceitar essa obra, é para criticá-la ou, mais exatamente, para cobri-la com os seus fáceis sarcasmos. Hegel foi um filósofo que se apressou em concluir e em dogmatizar, incapaz que era de suportar a longa paciência que a ciência exige. E' de admirar a facilidade com se precipitava a construir uma história filosófica com materiais cuja resistência ele não calculara bem. (Ex.: a história bizantina). Tal segurança dogmática, que já era de lamentar em 1822 e 1831, não é admissível nos nossos dias e é necessário pois, que os atuais filósofos da história, tomem consciência de suas responsabilidades.

Já se procurou distinguir na história — escreve Henri Marrou — o aspecto objeto e o aspecto conhecimento, a "história-realidade" e a "história conhecimento". Mas tal tentativa foi inútil. Já se procurou opôr *Geschichte* e *Historia*, *Storia* e *Storiografia*, *Histoire* et *histoire*, a história com H maiúsculo à história com h minúsculo. No entanto, o gênio próprio das diferentes línguas recusou-se sempre a integrar tais distinções no uso corrente e, com razão, pois o primeiro aspecto da história-objeto não existe em estado puro. O conhecimento histórico por sua vez, diz respeito a um objeto, a uma qualidade que é o "Passado", passado este que ao ser descrito, ao ser conhecido, já sofre uma primeira metamorfose. Esse passado modela-se pelas categorias do sujeito que conhece e assim entra na órbita da análise crítica do historiador... O "Passado" não é ainda história. História, como bem disse o historiador inglês Galbraith (*Why we study History?*) é "the past, so far as we know it". Deste modo, qualquer afirmação acerca do destino da humanidade é ilegítima se não estiver acompanhada de uma reflexão acerca das condições mesmas com as quais foi obtido o conhecimento sobre o qual se pretende edificar aquela afirmação. Mas, a isto, junta-se ainda uma outra dificuldade: um juízo sobre o sentido da história deveria ter como postulado, naturalmente, um conhecimento verdadeiro e total da história universal.

Ora, podemos perguntar, num plano racional, tal conhecimento é possível? E é compatível com a estrutura e os limites da condição humana? Quem possui talvez esse conhecimento é Deus e seria então o caso de perguntar também se isso incumbe a uma filosofia da história. A uma filosofia cabe simplesmente o pensamento que é próprio aos mortais, aquele que é condicionado pelos incessantes e sempre renovados limites que a crítica lhe vai traçando.

Aliás, a noção de “sentido da história” não é uma idéia filosófica. É uma noção introduzida no pensamento ocidental pela teologia judaico-cristã e não o foi como categoria da razão, mas sim como categoria especificamente religiosa, a da fé, a da Revelação.

Não é esta a primeira e única vez, que a teologia se disfarça em filosofia. . . Eugênio Imaz, que não aceitava a história abstrata dos sistemas filosóficos, acreditava — e com razão — que detraz de toda filosofia há uma religião. Parecia-lhe que toda a história da filosofia deveria ter como lema: “cherchez la religion. . .” (Cf. Prefácio de Alfonso Reyes, in Eug. Imaz — *Luz en la Caverna*, p. xii). Aliás a “filosofia da história” já se apresentara aos filósofos do século XVIII como uma transposição da teologia. Turgot (*Plan de deux discours sur l'histoire universelle*, 1751), Voltaire (*Essai sur les Moeurs*, 1756), Condorcet, opuzeram-se à religião cristã e quiseram dar, despresando-a, uma resposta que ela ensinara a humanidade a formular. Assim, esta secularização da teologia cristã da história não é apenas obra dos filósofos da *Aufklärung*. Essa laicização da história aparece já nos cronistas medievais, verdadeiros peritos da leitura da vontade de Deus nos sinais meteorológicos.

Tudo isto conduz Henri Marrou a sublinhar o fato da teologia haver transmitido muito de seu à filosofia da história, talvez muito mais do que se supõe. E, não estará a filosofia da história apresentando-se nos dias atuais, sob novas roupagens, como fé, iluminação, intuição, muito mais do que como referência racional? . . .

Aquêles que tanto falam hoje de sentido da história, conhecerão exatamente a história para lhe indicarem um sentido? Tal foi a pergunta, talvez maliciosa, que um historiador apresentou aos filósofos, logo ao abrir-se o Congresso de filosofia de Estrasburgo cujo tema, sedutor e perigoso, foi, precisamente, o Homem e a História.

J. CRUZ COSTA